

XIX encontro nacional
de pesquisa em
ciência da informação
ENANCIB

// SUJEITO INFORMACIONAL E AS
PERSPECTIVAS ATUAIS EM CIÊNCIA
DA INFORMAÇÃO. //

22-26
OUTUBRO
2018
LONDRINA/PR



XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018

GT-01 – Estudos Históricos e Epistemológicos da Ciência da Informação

ACCOUNTABILITY NA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO: uma pesquisa na literatura indexada pela BRAPCI¹

Herbert de Oliveira Rêgo (Universidade Federal da Paraíba)

Edivanio Duarte de Souza (Universidade Federal de Alagoas)

Isa Maria Freire (Universidade Federal da Paraíba)

ACCOUNTABILITY IN INFORMATION SCIENCE: a research in the literature indexed by BRAPCI

Modalidade da Apresentação: Comunicação Oral

Resumo: Apresenta resultados de pesquisa bibliográfica sobre a emergência de produção científica publicada em periódicos sobre a temática <accountability> no campo da Ciência da Informação, no Brasil. A hipótese dos autores é de que a partir da absorção do conceito de <accountability> pela Ciência da Informação, haverá contribuição para uma nova e relevante fronteira de ação e pesquisa na Ciência da Informação. Relata o processo de pesquisa, que adotou o método indiciário e o brauseio como instrumentos para a identificação dos indícios de produção sobre a temática na literatura indexada pela Base de Dados da Ciência da Informação - Brapci. Os indícios demonstram que as publicações, em um período de 40 anos, aumentaram nos últimos anos e há a presença de 53 autores que produzem literatura onde o termo <accountability> é abordado ou citado. Sendo assim, conclui-se que a presença de pesquisas abordada na Ciência da Informação já é uma realidade.

Palavras-chave: Ciência da Informação – Accountability. Literatura científica – Brasil. Paradigma indiciário. Brapci.

¹ Base de Dados da Ciência da Informação. Disponível em <<http://www.brapci.inf.br/>>.

Abstract: It presents results of a bibliographical research on the emergence of scientific production published in periodicals on the subject of "accountability" in the field of Information Science in Brazil. The authors hypothesis is that from the absorption of the concept of <accountability> by Information Science, there will be contribution to a new and relevant frontier of action and research in Information Science. It reports on the research process, which adopted the indicia method and brauseium as instruments for the identification of production cues on the subject in the literature indexed by the Brapci Information Science Database. The evidence shows that publications over a period of 40 years have increased in recent years and there are 53 authors producing literature where the term accountability is addressed or quoted. Thus, it was concluded that the presence of research addressed in Information Science is already a reality.

Keywords: Information Science - Accountability. Scientific literature - Brazil. Indicial paradigm. Brapci.

1 INTRODUÇÃO

Trata-se de revisão de literatura para o projeto de pesquisa-tese *Cidadania em rede: Análise da política brasileira de transparência e acesso à informação*, em desenvolvimento no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação da Universidade Federal da Paraíba.

Esta proposta teve início nas reflexões originadas no projeto *Os portais de transparência à luz da Ciência da Informação: um modelo de interface para acesso à informação*, que integra a rede de projetos do Laboratório de Tecnologias Intelectuais (LTi) do Departamento de Ciência da Informação, em parceria com o Departamento de Finanças e Contabilidade, com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).²

O projeto do LTi tem originado inúmeras questões de pesquisa à luz da Ciência da Informação, no contexto dos movimentos de transparência e da *accountability*, bem como sobre o estabelecimento do direito à informação pela constituição de 1988, regulamentada com a Lei nº 12.159/2011, denominada Lei de Acesso à Informação (LAI), em 2011 (BRASIL, 1988, 2011). Este foi o marco legal do início de mudanças significativas na sociedade brasileira, quando se atribuiu à informação um papel relevante nas instituições públicas.

Estas questões, principalmente sobre o movimento de cidadanização³ no Brasil, decorrem, sobretudo, da disseminação de tecnologias digitais de comunicação e informação. Estas inquietações foram compartilhadas através de publicações que revelaram o percurso e

² Visite: www.lti.pro.br.

³ A expressão "cidadanização" foi originalmente trabalhada por Duarte et al. (1993). Trata-se da incorporação social e política que se apoia sobre o triplo processo de individualização, racionalização e responsabilização.

o amadurecimento das discussões sobre o projeto no LTI, em relação ao tema e como este foi abordado através de diferentes questões ao longo do tempo.

Inicialmente o foco estava em entender os portais de transparência e sua ligação com a Ciência da Informação, discutidos em Freire, Rego e Oliveira (2015), depois em comunicação de Freire e Rego (2016a) em evento científico no México, e em Freire e Rego (2016b), destacando a importância da política de informação como tema central para os portais de transparência.

Em um segundo momento deste caminhar, surgiram novos desafios, tais como entender a informação no contexto do movimento de *accountability*, que no Brasil emergiu a partir do artigo de Campos (1990). A transparência e a *accountability* são vistas pela Ciência da Informação a partir da intenção ou propósito da informação, qual seja alterar o campo de consciência dos sujeitos numa relação comunicativa. Essa discussão foi apresentada nas comunicações de Rego e Freire (2017) e em Rego e Freire (2018).

A participação da Ciência da Informação, tanto no estudo quanto na implementação da cultura da *accountability*, torna-se, por definição, fundamental para o processo brasileiro de cidadanização. Diante do exposto, surgiu a necessidade, para o projeto-tese, de realizar uma revisão da literatura para entender como se dá a evolução das publicações nacionais sobre o tema, na Ciência da Informação.

A presente comunicação vem compartilhar o processo e os resultados do exercício de busca de indícios de abordagens da temática *accountability* na literatura científica brasileira indexada pela Base de Dados em Ciência da Informação (Brapci), publicada pela Universidade Federal do Paraná (UFRP). Buscam-se pistas que revelem a produtividade da produção científica sobre o tema, em exercício teórico-metodológico provocado por reflexões epistemológicas acerca do movimento de *accountability* no Brasil como a consolidação de mais um tema de interesse para a Ciência da Informação.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A democracia no século 21, com o seu aperfeiçoamento ao longo do tempo, vem enfatizando a *accountability* como o agir com responsabilidade no trato da coisa pública. No Brasil, esse tema entrou em pauta na gestão pública, a partir de Campos (1990) e de Pinho e Sacramento (2009). Esse entendimento de que uma instituição pública deve responder perante os indivíduos ou organizações, fora de si mesma, está se consolidando no Brasil, não

só na Ciência Política ou nas ciências que tratam da gestão pública, mas em outros campos de conhecimento, incluindo o interesse na Ciência da Informação.

Para entender a *accountability* de modo adequado, é necessário compreender os fundamentos da democracia, que, segundo Abrucio e Loureiro (2004), se apoiam em três princípios:

- a) o governo deve ser derivado da vontade popular;
- b) os governos devem ter responsabilidade pelos seus atos no exercício do poder perante o povo; e
- c) o Estado deve ser balizado por leis que delimitem sua ação em favor dos direitos básicos individuais e coletivos dos cidadãos.

Nessa mesma perspectiva, O'Donnell (1998), um dos autores seminais do tema, sua inicia sua teorização observando duas dimensões da responsabilização democrática:

- a) *vertical*, estabelecida entre agentes não estatais e estatais, no pressuposto de que os cidadãos controlam os governos através das eleições e da garantia da soberania popular e do controle social. Para o autor, este elemento democrático já se fazia presente em muitas poliarquias⁴.
- b) *horizontal*, que se efetiva através da fiscalização mútua entre os três poderes, sendo “[...] produto de uma rede de agências que tem seu cume nos tribunais comprometidos com a *accountability*” (ABRUCIO; LOUREIRO, 2004, p. 82).

Para acontecer a ação da *accountability* horizontal, é necessário o uso de instrumentos de publicidade das informações governamentais para que, a partir da publicitação de seus atos, seja possível colocá-los sob o controle social mediante transparência pública, e do controle administrativo, através dos tribunais de contas e do controle judicial. Dito isso, deve-se reconhecer a necessidade de disponibilidade, por parte da burocracia oficial, de mecanismos de controle que não sejam aqueles exercidos por órgãos internos do governo: não é possível imaginar uma organização realizando *accountability* de si mesma. Percebe-se que o ambiente democrático é basilar para que haja o controle do governo pelos cidadãos.

⁴ Conceito de Ciência Política formulado por Robert Dahl (1972) nos Estados Unidos da América, em resposta às diversas críticas sobre a não-soberania da democracia plena nas nações, que procura classificar em diferentes graus os “níveis de democratização” das sociedades industriais desenvolvidas. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki/Poliarquia>.

Sobre o tema, Campos (1990, p. 33) diz claramente, em seu artigo seminal:

Quanto mais avançado o estágio democrático, maior o interesse pela accountability. E a accountability governamental tende a acompanhar o avanço de valores democráticos, tais como igualdade, dignidade humana, participação, representatividade. [...]. Não haverá tal condição enquanto o povo se definir como tutelado e o Estado como tutor.

O principal fato ocorrido no Brasil para o início do movimento de *accountability* foi a promulgação da Constituição Federal de 1988 (Constituição Cidadã), já que foi a partir dela que se institucionalizou a participação popular na governança pública (BRASIL, 1988). Criaram-se conselhos e orçamentos participativos, tornando possível ao cidadão acompanhar de forma ativa as decisões do governo, desenvolvendo a ação popular, que dá ao cidadão a possibilidade de defender o interesse coletivo. Um outro marco legal, fundamental para a *accountability* no Brasil, foi a determinação do direito à informação, pois sem ele inexistiria a transparência, essencial para a *accountability* no horizonte histórico do país. Houve, também, a descentralização do governo federal, quando se estabeleceu a transferência de responsabilidades e competências para os governos federativos, abrindo espaço para a viabilização da transparência nos governos locais, uma vez que é mais fácil para o cidadão fiscalizar o Prefeito do que o Presidente da República. Nesse contexto, a Lei de Responsabilidade Fiscal (BRASIL, 2000) e a criação da Controladoria Geral da União (BRASIL, 2001) foram responsáveis por avanços significativos para a gestão pública.

Como resultado desta incursão do território da literatura sobre *accountability* no campo da Ciência da Informação, dialoga-se, a seguir, com abordagens que parecem próximas à rede conceitual desta comunicação. Inicia-se com Jardim (2008, p. 6), que apresenta a noção de políticas públicas de informação como:

[...] conjuntos de premissas, decisões e ações – produzidas pelo estado e inseridas nas agendas governamentais em nome do interesse social – que contemplam os diversos aspectos (administrativo, legal, científico, cultural, tecnológico, etc.) relativos à produção, uso e preservação da informação arquivística de natureza pública e privada.

Tal pressuposto permite transitar pelos “vários aspectos” de políticas públicas, desde seus dispositivos legais aos seus aspectos culturais e tecnológicos, entre outros. Um conceito também relevante para esta abordagem foi apresentado por Braman (2011), corroborando a perspectiva aqui adotada no que diz respeito ao papel fundamental do Estado na implementação das políticas de informação.

[A] Política de informação é composta por leis, regulamentos e posições doutrinárias – e outras tomadas de decisão e práticas com efeitos constitutivos sobre toda a sociedade - que envolvem geração, processamento, fluxo, acesso e uso da informação. (BRAMAN, 2011, p. 3, tradução nossa).

Para o movimento da transparência, a política de informação no sentido da *accountability* teria como um dos seus objetivos a eliminação, o quanto for possível, da assimetria de informação entre o governo e os cidadãos. Para os pesquisadores Marques e Kerr Pinheiro (2011, p. 73), a assimetria informacional pode ser entendida como:

[...] a distribuição da informação entre atores sociais por meio de processos não uniformes, irregulares, desproporcionais ou sem equilíbrio de forças, no contexto de relações sociais, que são fortemente influenciadas pela mediação informacional. Com essa definição, procuramos evidenciar as tensões geradas a partir da disputa pelo controle informacional por parte desses atores.

A participação do Estado se deve à relevância da política de informação nas agendas dos Estados nacionais, por serem reconhecidos como instrumentos de poder, que, nos últimos anos, no Brasil, vem sendo gradativamente compartilhado com outros atores, como as organizações sociais e os cidadãos. Para González de Gómez (2015, p. 327), “É preciso redefinir o corpo híbrido de atores, práticas e meios, pautado pela transversalidade, convergência e nomadismo da tecnologia digital [...]”, para que novas políticas de informação tenham onde se firmar.

É neste ambiente onde acontece a interação entre os diferentes atores do regime de informação da sociedade em rede, com o objetivo de aumentar seus respectivos controle e domínio. Braman (2004) denomina o regime de informação atual como “regime global emergente de informação”, global porque contém os atores estatais e não estatais, e emergente porque está em formação, por definição. Para González de Gómez (2012, p. 52), este conceito traz vantagens para a abordagem das políticas de informação:

[...] [por] sua plasticidade e [seu] distanciamento das categorizações das políticas de informação já estabelecidas, o que permite a reflexão e a análise do caráter transversal da informação e das tecnologias de informação [e de comunicação], sua capilaridade e facilidade de imersão em todas as dimensões e tipos de atividade social [...].

Nesta rede conceitual, González de Gómez (2002) introduz no debate sobre política de informação dois conceitos fundamentais para se entender os dispositivos e artefatos

informacionais, no contexto das políticas. A autora observa que os sistemas funcionais não possuem uma linguagem comum, mas, sim, linguagens particulares, não havendo comunicação entre os diferentes sistemas. Nesse sentido, apresenta as “[...] micropolíticas inscritas nos dispositivos de informação e as macropolíticas que – direta ou indiretamente – [exprimem] conflitos e interesses em figuras hegemônicas organizadas pelo Estado.” (GONZÁLEZ DE GÓMEZ, 2002, p. 34).

A partir desse contexto teórico, busca-se a produção sobre *accountability* na Ciência da Informação, mediante artigos publicados em periódicos e comunicações em eventos científicos indexados na Brapci.

3 MÉTODOS E PROCEDIMENTOS

Conforme Ginzburg (1989, p. 143), no final do século XIX, “[...] emergiu silenciosamente, no âmbito das ciências humanas, um modelo epistemológico (caso prefira paradigma) ao qual até agora não se prestou suficiente atenção.” Trata-se do “paradigma indiciário” cuja origem se encontra na experiência do caçador primitivo, que:

Aprendeu a farejar, registrar, interpretar e classificar pistas infinitesimais como fios de barba. [...] Na falta de uma documentação verbal para se por ao lado das pinturas rupestres e dos artefatos, podemos recorrer às narrativas de fábulas, que do saber daqueles remotos caçadores transmitem-nos às vezes um eco, mesmo que tardio e deformado. (GINZBURG, 1989, p. 151).

Nesse sentido, Ginzburg (1989) transporta essa habilidade do caçador de interpretar para a realidade do campo científico, substituindo o caçador pelo pesquisador. No paradigma indiciário, o pesquisador reúne os indícios do objeto de estudo e, a partir dessas pistas, forma uma trama com os fios que compreendem sua pesquisa. Nesse processo de investigação, o pesquisador estará procurando indícios que sinalizem os fios da rede conceitual da pesquisa, assim como o caçador identifica as pistas das trilhas da caça.

O processo de busca mediante o paradigma indiciário é denominado por Araújo (1994) de *brauseio*. Para esta autora, trata-se de uma modalidade de busca de informação em um sistema de recuperação da informação que é visto em um contexto de subsistema de estratégia de busca: trata-se da “arte de não se saber o que se quer até que se encontre” (ARAÚJO, 1994, p. 189). Trata-se de uma busca motivada por um determinado interesse, em

que se procura a esmo entre documentos, colhendo informações de todos os tipos, e que está ligado ao componente de “acesso direto”.

Para identificar as publicações e os autores que abordam a temática *accountability* no domínio da literatura da Ciência da Informação, recorreu-se ao método indiciário e ao procedimento de brauseio (*browsing*). Conforme método utilizado por Freire (2014a, 2014b), buscaram-se artigos em todos os campos da Brapci, utilizando <*accountability*> como termo de busca. Foram recuperados 20 artigos, identificando duas duplicações, compondo um universo de 18 artigos, sendo o mais antigo publicado em 1978 e o mais recente em 2018.

Após a coleta de dados na produção indexada pela Brapci, foram elaborados quadros contendo a organização das informações pertinentes à construção de indicadores bibliométricos que permitiram o melhor entendimento acerca da temática desta comunicação. A partir das análises desses indicadores desses artigos, buscou-se entender como está se processando, no campo da Ciência da Informação, a produção científica que utiliza de alguma forma o conceito <*accountability*>.

4 RESULTADOS DA PESQUISA

O brauseio na Brapci permitiu a construção de diferentes indicadores que caracterizam a produção científica em Ciência da Informação sobre a temática <*accountability*>. No quadro 1, observa-se o quantitativo de artigos selecionados como significativos para a temática, distribuídos em 18 periódicos que os publicaram no período de 1978 a 2018.

Quadro 1: Periódicos: quantidade de artigos e ano da publicação.

Periódico	Artigo <i>f(x)</i>	Ano de publicação
Ciência da Informação em Revista	2	2016; 2018
Educação Temática Digital	2	2014; 2015
Encontros Bibli	1	2018
Reciis	1	2017
Informação e Informação	1	2017
Anais do ENANCIB *	2	2016
Archeion Online	1	2013
Em Questão	1	2011
Arquivo e Administração	1	2008
RBBD	1	2007
Inclusão Social	1	2007
Revista Digital de Biblioteconomia & Ciência da Informação	1	2006
DataGramaZero	1	2000

XIX ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO – ENANCIB 2018
22 a 26 de outubro de 2018 – Londrina – PR

Transinformação	1	1989
REB	1	1978
Total de Artigos	18	-

(*) Os Anais da ENANCIB são considerados como periódicos, uma vez que possuem ISSN (numeração seriada de periódicos) e Qualis Capes (B1), reservados para periódicos, embora alguns anais do ENANCIB tenham sido publicados como livros.

Fonte: Dados da pesquisa - 2018.

Observa-se que, apesar da temática ter sido citada já no ano de 1978, é a partir de 2013 que começa uma maior constância na abordagem do tema nas publicações indexadas na Bapci, sendo 2016 o ano com maior número de publicações (três), seguido pelos anos de 2007, 2017 e 2018 com duas publicações cada ano, demonstrando assim o aumento de interesse pelo tema na literatura da Ciência da Informação brasileira.

As publicações que mais divulgaram trabalhos sobre a temática foram os periódicos *Ciência da Informação em Revista*, e *Educação Temática Digital*, e os *Anais do ENANCIB*. Todas com duas publicações cada, porém, destaca-se que o periódico *Ciência da Informação em Revista* é o único a publicar sobre *accountability* no contexto da política de informação.

Já no Quadro 2, constam os 46 (quarenta e seis) autores e co-autores que foram identificados nos 18 artigos publicados, sendo 12 (doze) escritos por até dois autores (quatro de autoria individual e oito em dupla), formando a maioria das publicações do universo de análise, e cinco publicações a partir de três autores. Essa distribuição de autores por publicação demonstra que não há uma concentração de autoria na literatura analisada, o que sinaliza uma maior distribuição no país de pesquisadores interessados no tema e sua fomentação no campo da Ciência da Informação.

Embora se identifique, nas 18 (dezoito) publicações um total de 46 (quarenta) autores e/ou co-autores, observa-se, para análise, os autores e/ou co-autores uma única vez, desconsiderando as suas contribuições em uma segunda publicação, identificando um total de 37 (trinta e sete) pesquisadores que colaboraram para produção sobre a temática <accountability> na literatura indexada pela Bapci.

Nesse universo, encontram-se 24 (vinte e quatro) pesquisadores que participaram em mais de uma publicação na literatura, onde se destaca um grupo de pesquisadores da Fiocruz, que publicaram dois artigos, um com seis autores e outro com sete autores. Além disso é importante considerar que, em ambos, o tema está relacionado aos indicadores de desempenho de bibliotecas. Outro pesquisador, RODRIGUES, G. M., contribuiu em duas publicações, em uma delas como co-autor, abordando o tema transparência das contas

públicas, e em outra publicação como autor, abordando padrões dos relatórios de gestão universitária.

Há também uma dupla de autores, FREIRE, I. M. e REGO, H. O., que se alternaram na autoria e co-autoria na publicação de dois artigos, onde mantém uma linha de abordagem do tema *accountability* na perspectiva da Ciência da Informação, sinalizando, assim, para uma nova e promissora linha de pesquisa. Esta característica da literatura demonstra que este ainda é um tema pouco explorado por pesquisadores, na Ciência da Informação.

Quadro 2: Autores e co-autorias.

Primeiro autor	Co-autor	Autor f(x)	Artigo f(x)	Ano Public.
REGO , Herbert de Oliveira	FREIRE , Isa Maria	2	1	2018
BUENO, Alexandre	TORKOMIAN, Ana Lúcia Vitale	2	1	2018
GAMA, Janyluce Rezende	RODRIGUES , Georgete Medleg	2	1	2017
VILLELA, Edlaine Faria de Moura	BASTOS, Luana Kronit DUTRA, Gabriel Goncalves NASCIMENTO, Wallace Antunes Damasio do ALMEIDA, Wanderson Santana de OLIVEIRA, Fabio Morato de	6	1	2017
FREIRE , Isa Maria	REGO , Herbert de Oliveira	2	1	2016
RODRIGUES , Georgete Medleg	ZORZAL, Luzia	2	1	2016
MALIN, Ana Maria Barcellos	BOTTREL, Rachel do Monte	2	1	2016
SCHNEIDER, Marilda Pasqual	NARDI, Elton Luiz	2	1	2015
SENICATO, Renato Bellotti	OMETTO, Cláudia Beatriz de Castro Nascimento	2	1	2014
SOUZA, Rosale de Mattos	--	1	1	2013
LOPES, Elaine Cristina	VALENTIM, Marta Lígia Pomim ALMEIDA JÚNIOR, Oswaldo Francisco de	3	1	2011
JIMERSON, Randall C.	--	1	1	2008
HENRIKSEN, Alexandre Lauri	MEIROZ, Isabel Dias SEGRE JUNIOR, Hugo Alberto	3	1	2007
GUIMARÃES , Maria Cristina Soares	LINS , Etienne González RODRIGUES , Jeorgina Gentil SANTOS, Márcia Jabor LAMARÃO , Camila Clementino SILVA , Vânia Guerra da SILVA , Diones Ramos da	7	1	2007
LINS , Etienne González	GUIMARÃES , Maria Cristina Soares RODRIGUES , Jeorgina Gentil LAMARÃO , Camila Clementino SILVA , Vânia Guerra da SILVA , Diones Ramos da	6	1	2006
JARDIM, José Maria	--	1	1	2000
GLEZER, Raquel	--	1	1	1989
LEWIS, Malcolm	--	1	1	1978
Total de autores nas 18 publicações: 46				

Nota: Em negrito, os autores mais produtivos.

Fonte: Dados da pesquisa – 2018.

No Quadro 3, observam-se que os títulos das publicações estão dispersos em várias abordagens relacionados a aspectos técnicos da atuação acadêmica e profissional dos autores ao longo do tempo. Os títulos demonstram uma forma mais complexa de abordar a *accountability* ao longo do tempo, e isso se torna mais notório a partir do ano de 2016, com a exceção de Jardim (2000), que já indicava, de forma seminal, a relação entre *accountability*, sociedade da informação e política de informação.

Quadro 3: Autores, título e conceitos.

Primeiro autor	Título	Conceito
REGO, H. O. (2018)	<i>Accountability</i> : novo conceito para a ciência da informação?	<i>Accountability</i> , política de informação
BUENO, A. (2018)	Índices de licenciamento e de comercialização de tecnologias para núcleos de inovação tecnológica baseados em boas práticas internacionais	Transferência de tecnologia
GAMA, J. R. (2017)	A transparência das contas públicas e o novo padrão internacional da informação contábil governamental	Transparência, <i>accountability</i> , contabilidade pública
VILLELA, E. F. M. (2017)	Health education: community health workers and medical students in the control of dengue epidemics	Saúde pública
FREIRE, I. M. (2016)	Política de informação: um olhar sobre portais de transparência brasileiros	Transparência, política de informação
RODRIGUES, G. M. (2016)	Transparência e boas práticas de governança: análise de padrões e princípios nos relatórios de gestão de universidades federais brasileiras	Transparência, governança pública
MALIN, A. M. B. (2016)	Uma análise dos usos da Lei de Acesso à Informação no Brasil de 2013 a 2015	Transparência, <i>accountability</i> , Lei de acesso à informação
SCHNEIDER, M. P. (2015)	<i>Accountability</i> em educação: mais regulação da qualidade ou apenas um estágio do estado-avaliador?	<i>Accountability</i> educacional, políticas avaliativas educacionais
SENICATO, R. B. (2014)	Em foco uma escola pública paulista de educação básica	Avaliação de educação, globalização
SOUZA, R. M. (2013)	O espaço público da pólis contemporânea: o acesso à informação como construção da cidadania no Brasil	Teoria do agir comunicativo, Lei de acesso à informação
LOPES, E. C. (2011)	Disseminação da informação em empresas de capital aberto e os processos de mediação da informação	Gestão da informação, transparência
JIMERSON, R. C. (2008)	Arquivos para todos: a importância dos arquivos na sociedade	Responsabilidade social arquivista, arquivo e poder
HENRIKSEN, A. L. (2007)	Articulação entre estado e terceiro setor em políticas de inclusão digital: o caso do telecentro jardim autódromo	Inclusão social, políticas públicas
GUIMARÃES, M. C. S. (2007)	Indicadores de desempenho de bibliotecas no campo da saúde: um estudo piloto na FIOCRUZ	Avaliação de desempenho
LINS, E. G. (2006)	Indicadores de desempenho de bibliotecas no campo da saúde: um estudo piloto na Fiocruz	Avaliação de desempenho, gestão da informação
JARDIM, J. M. (2000)	Capacidade governativa, informação e governo eletrônico	Governança, sociedade da informação
GLEZER, R. (1989)	Arquivos universitários: para que?	Arquivos universitários
LEWIS, M. (1978)	Sociologia, administração e bibliotecas	Gestão de bibliotecas

Fonte: Dados da pesquisa - 2018.

A partir das informações constante no Quadro 3, montou-se a Figura 1, onde que representa uma rede dos conceitos mais presentes nos artigos. A distância de cada conceito para o tema *accountability* representa a frequência com que é utilizado, isto é, quanto mais próximo do tema, mais frequente na amostra. Logo, destacam-se os conceitos: política de informação, governança pública, sociedade da informação, transparência e Lei de Acesso à Informação, como os mais frequentes. Com isso, pode-se sinalizar a direção que os artigos tomaram e a que os próximos tenderão a tomar, formando assim uma característica da linha de pesquisa.

Figura 1: Conceitos utilizados nos artigos.



Fonte: Dados da pesquisa - 2018.

Essa tendência, nos artigos, de aproximação das discussões entre *accountability* e *política de informação*, *sociedade da informação* e outros temas específicos que são objetos de estudo da Ciência da Informação, pode ser atribuída ao desenvolvimento das primeiras discussões sobre o movimento de transparência pública e da Lei de Acesso à Informação no Brasil.

Observando a temática “transparência”, por exemplo, na literatura científica brasileira indexada pela Brapci, no Quadro 4, constam 115 (cento e quinze) registros, com uma produção significativa de 18 (dezoito) artigos no ano de 2013, visto que no ano anterior foram publicados apenas 6 artigos. Esta expressividade se mantém nos anos de 2015 e 2016, com 22

(vinte e dois) e 23 (vinte e três) artigos publicados, respectivamente, caindo nos anos de 2017 e 2018 com oito e cinco artigos publicados. Esse período de queda da produção de artigos abordando o tema <transparência> corresponde ao período em que se percebe uma fase de crescimento na produção de artigos abordando o tema <accountability>. Tal fato corrobora com a ideia de que o crescimento da discussão sobre *accountability* na Ciência da Informação possa estar acontecendo em decorrência de um segundo momento da discussão sobre o movimento da transparência.

Quadro 4: *Accountability* e transparência: quantidade de publicações.

Ano	<i>Accountability</i>	Transparência
	Publicação $f(x)$	Publicação $f(x)$
2018	2	5
2017	2	8
2016	3	23
2015	1	22
2014	1	6
2013	1	18
2012	1	6
Total 115 registros		

Nota: Em negrito, as maiores quantidades de artigos publicados.

Fonte: Dados da pesquisa - 2018.

No Quadro 5, por sua vez, identificam-se os autores mais citados em todos os artigos estudados, certamente como consequência dos diversos conceitos adotados nestas publicações. Formando a base teórica nacional para os diversos temas, estão em destaque os seguintes pesquisadores: JARDIM, J. M.; GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N e BARRETO, A. A. Dentre teóricos estrangeiros, estão: BRAMAN, S. e CASTELLS, M. Outras autoras de destaques são FREIRE, I. M. e KERR PINHEIRO, M. M., com suas análises aplicadas à realidade nacional.

Quadro 5: Autores mais citados na literatura brasileira sobre *accountability* indexada na Brapci.

Autor	Citação $f(x)$
JARDIM, J. M.	6
GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N.	4
BARRETO, A. A.	4
BRAMAN, S.	3
CASTELLS, M.	2
FREIRE, I. M.	2
KERR PINHEIRO, M. M.	2

Fonte: Dados da pesquisa - 2018.

No Quadro 6, apresentam-se as instituições à que os autores se encontram vinculados, no momento da publicação, e a quantidade de publicações por instituição. Entre as instituições em destaque por sua produção de artigos se encontra a Universidade Federal da Paraíba (UFPB), e as publicações mais recentes se vinculam a instituições de destaque, como a Universidade de São Paulo (USP) e a Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), ambas com duas publicações.

Quadro 6: Instituições – autores e quantidade de publicações

Instituição	Autor $f(x)$	Publicação $f(x)$	Ano de publicação
UFSCAR	2	1	2018
UFPB	2	2	2018, 2016
UFES	2	1	2017
UFG	6	1	2017
IBICT	1	1	2016
INPI	1	1	2016
UnB	2	1	2016
UNOESC	2	1	2015
UNIMEP	2	1	2014
UNIRIO	1	1	2013
UNESP/ Marília	3	1	2011
<i>Westem Washington University</i>	1	1	2008
USP	4	2	2007, 1989
Fiocruz	7	2	2007, 2006
UFF	1	1	2000
Não identificada*	1	1	1978

Nota: Em negrito, as instituições mais produtivas, as maiores quantidades de autores e as maiores quantidades de publicações de artigos publicados.

(*) Não foi possível recuperar a instituição à qual o autor estava vinculado.

Fonte: Dados da pesquisa - 2018.

Já em relação à vinculação institucional dos autores presentes no resultado do brauseio, as instituições que se destacaram foram Fiocruz (sete), USP (quatro), UFG (seis) e UNESP/Marília (três pesquisadores). Quanto à distribuição espacial das instituições, tem-se uma concentração na Região Sudeste, com nove instituições, correspondendo a 60% das instituições citadas. Na Região Centro-Oeste, identificam-se duas instituições, correspondendo a 13% do total. Na Região Nordeste, há apenas uma instituição de ensino, a UFPB, e uma repartição pública de registro de marcas e patentes, correspondendo a 13% das instituições citadas. E, por fim, na Região Sul há uma instituição, correspondendo a 7% do total. A Região Norte não teve publicação captada pela nossa amostra.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após a incursão na literatura da Ciência da Informação sobre *accountability*, mediante recuperação de artigos indexados na Brapci, percebe-se a emergência de uma linha de pesquisa que está em processo de consolidação no Brasil. Ocorre que os indícios demonstram que as publicações aumentaram nos últimos anos e que a temática está dispersa nas publicações indexadas, concentrando-se, principalmente, nas seguintes: *Ciência da Informação em Revista*, *Educação Temática Digital* e *Anais do Enancib*. Essas publicações realizaram duas divulgações cada.

Além disso, observou-se a presença de 46 (quarenta e seis) autores nas publicações que abordaram a *accountability*. Dentre os dezoito artigos publicados, apenas quatro foram de autoria individual, sendo oito publicações em dupla e cinco publicações a partir de três autores.

A crescente presença de autores da Ciência da Informação nas publicações, como também a frequência de publicações, indica que este tema está sendo abordado neste campo de conhecimento. Desse modo, considera que esses resultados apresentam os indícios da emergência de um novo interesse de pesquisa, o tema <*accountability*>.

Da mesma forma, esta exploração permitiu a organização das informações e a construção de indicadores que condicionam um melhor entendimento epistemológico acerca do movimento de *accountability* no Brasil, identificando um processo de consolidação de mais um tema de interesse científico para a Ciência da Informação.

REFERÊNCIAS

ABRUCIO, F. L.; LOUREIRO, M.R. Finanças públicas, democracia e accountability. In: BIDERMAN, C.; ARVATE, P. (Org.). **Economia do setor público**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

ARAUJO, V. M. R. H. **Sistemas de recuperação da informação**: nova abordagem teórico-conceitual. 1994. Tese (Doutorado em Comunicação e Cultura). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

BRAMAN, S. Defining information policy. **Journal of Information Policy**, Harrisburg, v. 1, n. 1, p. 1-5, 2011. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/pdf/10.5325/jinfopoli.1.2011.0001.pdf?refreqid=excelsior%3A071356e8399bbbce8f7eb0aa10f85420>>. Acesso em: 12 maio de 2017.

_____. The emergent global information policy regime. In: _____. **The emergente global information policy regime**. Houndsmills, UK: Palgrave Macmillan, 2004. Cap. 2, p. 12-37.

Disponível em:

<<https://pdfs.semanticscholar.org/cfd2/ff141bb94b731cf4d86c10dd78a161581a5e.pdf>>.

Acesso em: 23 maio 2017.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988.**

Brasília, 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm> Acesso em: 25 jan. 2018.

_____. **Lei nº 10.180, de 6 de fevereiro de 2001.** Organiza e disciplina os Sistemas de Planejamento e de Orçamento Federal, de Administração Financeira Federal, de Contabilidade Federal e de Controle Interno do Poder Executivo Federal, e dá outras providências. Brasília, 2001. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LEIS_2001/L10180.htm>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei nº. 12.527, de 18 de novembro de 2011.** Regula o acesso a informações previsto no inciso XXXIII do art. 5º, no inciso II do § 3º do art. 37 e no § 2º do art. 216 da Constituição Federal; altera a Lei no 8.112, de 11 de dezembro de 1990; revoga a Lei no 11.111, de 5 de maio de 2005, e dispositivos da Lei no 8.159, de 8 de janeiro de 1991; e dá outras providências. Brasília, 2011. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>. Acesso em: 14 jun. 2018.

_____. **Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000.** Estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal e dá outras providências. Brasília, 2000. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp101.htm>. Acesso em: 30 jan. 2018.

CAMPOS, A. M. Accountability: quando poderemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**, Rio de Janeiro, 24, v. 2, p.30-50, fev./abr. 1990. Disponível em:

<<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/9049/8182>>. Acesso em: 22 nov. 2017.

FREIRE, I. M. Caracterização das ações de informação no Laboratório de Tecnologias Intelectuais - LTi. **Tendências da Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação**, v. 5, n. 1, jan./dez. 2012. Disponível em:

<<http://www.lti.pro.br/userfiles/downloads/Freirecategoriza%C3%A7%C3%A3otend%C3%A2ncias2012Ok.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Mediação da informação: um olhar sobre o portal LTI a partir literatura indexada na BRAPCI, **Informação e informação**, Londrina, v. 19, n. 2, p. 23-45, 2014a. Disponível em:

<<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/19993>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Sobre a temática "responsabilidade social" na literatura da ciência da informação indexada pela Brapci. **Logeion: filosofia da informação**, v. 1, n. 1, p. 59-76, 2014b. Disponível em: <<http://www.Brapci.inf.br/v/a/15988>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

FREIRE, I. M.; REGO, H. O. Acesso à informação: os portais de transparência no Brasil. In: JORNADAS INTERNACIONALES DE ACCESO A LA INFORMACIÓN, 4., 2016, Cidade do México. **Cuadernos de resúmenes...** Cidade do México: RedJIAI, 2016a. Disponível em: <<http://gpaf.info/jiai/JIAI2016RSM.pdf>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

_____. Políticas de informação: um olhar sobre os portais de transparência brasileiros. **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 3, n. 3, p. 47-55, set./dez. 2016b. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/2566/2098>>. Acesso em 20 jun. 2018.

FREIRE, I. M.; REGO, H. O.; OLIVEIRA, G. M. Os Portais de Transparência à Luz da Ciência da informação: um modelo de interface para acesso à informação. **Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia**, v. 10, n. 1, p. 174-184, 2015. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/index.php/pbcib/article/view/24582/13434>>. Acesso em: 20 jun. 2018.

GINZBURG, C. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GONZÁLEZ DE GÓMEZ, M. N. As relações entre ciência, Estado e sociedade: um domínio de visibilidade para as questões da informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 32, n. 1, p. 60-76, jan./abr. 2003b. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/1020/1075>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

_____. Escopo e abrangência da Ciência da Informação e a Pós-Graduação na área: anotações para uma reflexão. **Transinformação**, Campinas, v. 15, n. 1, p. 31-43, 2003a. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/transinfo/article/view/1474/1448>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

_____. Novos cenários políticos para a informação. **Ciência da Informação**, Brasília, v.31, n.1, p. 27-40, jan./abr. 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ci/v31n1/a04v31n1.pdf>>. Acesso em: 10 maio 2018.

_____. Políticas e regimes de informação: perspectivas. In: GARCIA, J. C. R.; TERGINO, M. G. (org.). **Desvendando facetas da gestão e políticas de informação**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015. V. 2, Cap. 9, p. 321-352.

_____. Regime de informação: construção de um conceito. **Informação & sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 22, n. 3, p.43-60, set./dez. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/ies/article/view/14376/8576>>. Acesso em: 03 maio 2018.

JARDIM, J. M. Políticas públicas de informação: a (não) construção da política nacional de arquivos públicos e privados (1994-2006). In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 9., 2008, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP, 2008. Disponível em <<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/congressosbad/article/view/159/152>>. Acesso em: 12 maio, 2018.

KERR PINHEIRO, M. M. Estado informacional: implicações para as políticas de informação e de inteligência no limiar do século XXI. **Varia História**, Belo Horizonte, v. 28, n. 47, p. 61-77, jan/jun., 2012. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-87752012000100004>. Acesso em: 20 abr. 2018.

MARQUES, R. M.; KERR PINHEIRO, M. M. Política de informação nacional e assimetria de informação no setor de telecomunicações brasileiro. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 16, n. 1, p. 65-91, jan./mar. 2011. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/1154/847>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

O'DONNELL, G. Accountability horizontal e novas poliarquias. **Revista Lua Nova**, n. 44, p. 27-54, 1998. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ln/n44/a03n44.pdf>>. Acesso em: 18 abr. 2018.

PINHO, J. A. G.; SACRAMENTO, A. R. S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? **Revista de Administração Pública**. Rio de Janeiro. v. 43, n. 6, p. 1343-1368, nov./dez. 2009. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rap/v43n6/06.pdf>>. Acesso em: 23 jun. 2018.

REGO, H O; FREIRE, I. M. Accountability: novo conceito para a Ciência da Informação? **Ciência da Informação em Revista**, Maceió, v. 5, n. 1 p. 29-40, jan./abr. 2018. Disponível em: <<http://www.seer.ufal.br/index.php/cir/article/view/4105/340>>. Acesso em: 20 maio 2018.

_____. Accountability: uma nova fronteira para a ciência da informação? In: XVIII ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 18., 2017. Marília. **Anais...** Marília: UNESP, 2017. Disponível em: <<http://enancib.marilia.unesp.br/index.php/xviiienancib/ENANCIB/paper/view/411>>. Acesso em: 15 fev. 2018.

SARACEVIC, T. Ciência da Informação: origem, evolução e relações. **Perspectivas em Ciência da Informação**, Belo Horizonte, v. 1, n. 1, 1996. Disponível em: <<http://portaldeperiodicos.eci.ufmg.br/index.php/pci/article/view/235/22>>. Acesso em: 7 jun. 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ. **Base de Dados Referencial de Artigos de Periódicos em Ciência da Informação (Brapci)**. 2018. Disponível em: <<http://www.Brapci.inf.br/>>. Acesso em: 7 jun. 2018.